



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANAPU
PODER EXECUTIVO

ATO DE SANÇÃO

O MUNICÍPIO DE ANAPU, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA**, no uso de sua atribuição legal, notadamente conferida por Lei municipal, sanciona expressamente o projeto de lei nº 028/2014 - PMA, aprovado pela Nobre Casa Legislativa em sessão plenária.

Outrossim, determino que o Chefe de Gabinete diligencie no sentido de publicar imediatamente a Lei 225/2014 (em apenso), dispõe **SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Cumpra-se na forma da Lei.

Anapu, em 03 de Julho de 2014.

JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal



LEI Nº 225 /2014

**“Dispõe sobre as Diretrizes
Orçamentárias para o exercício de
2015 e dá outras providências”**

O Prefeito Municipal de Anapu, do Estado do Pará, faz saber que a Câmara Municipal de Anapu, aprovou e ele sanciona e manda que se publique a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º - Esta lei estabelece as diretrizes orçamentárias do município de Anapu, para o exercício financeiro de 2015, com base no disposto do Art. Nº 165 da Constituição Federal, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas as despesas de capital;
- V - disposições relativas as despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI – disposições sobre alterações na legislação tributária do município.
- VII – disposições gerais.



CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º - O Poder Público municipal terá como prioridade a elevação da qualidade de vida e redução das desigualdades sociais dos munícipes, balizado numa gestão pública responsável com os recursos públicos.

PARAGRAFO UNICO - os recursos para financiamento dos projetos e atividades, constam do Plano Plurianual, encaminhado ao Poder Legislativo e no Orçamento Anual, incluindo as fontes próprias e as oriundas de convênios com órgãos Federais e Estaduais.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam produtos necessários a manutenção da ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades ou projetos, especificado os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANAPU
CNPJ nº 01.613.194/0001-63

§ 2º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentaria por função, programas, sub-programas, atividades ou projetos e respectivos substitutos com indicação de suas metas físicas.

§ 3º - As atividades e projetos serão desdobrados em substitutos exclusivamente para especificar a localização física integral ao parcial das respectivas atividades e projetos não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade dos mesmos e da denominação das metas estabelecidas.

Art. 4º - Os orçamentos fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentaria detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificados a esfera orçamentaria, a modalidade de aplicação, a fonte de recurso, o identificador de uso e os grupos de despesas conforme a seguir discriminados:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – juros e encargos da dívida;
- III – outras despesas correntes;
- IV – investimentos;
- V – inversões financeiras;
- VI – amortização da dívida

Art. 5º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do município, seus fundos, órgãos e autarquias instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 6º - A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específica as dotações destinadas:

- I – Às ações descentralizadas de saúde e assistência social;
- II – ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANAPU
CNPJ nº 01.613.194/0001-63

- III – atendimento de ações de alimentação escolar;
- IV – a concessão de subvenções e subsídios;
- V – ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos delitos;
- VI – as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial;

Art. 7º – O projeto de lei orçamentaria que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal e a respectiva Lei serão constituído de:

- I – texto da lei;
- II – quadros orçamentários consolidados;
- III – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
- IV – discriminação da legislação da receita e da despesa referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º - os quadros orçamentários a que se refere o inciso II desse artigo, incluindo os complementos referenciados no artigo 22, inciso III, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, são os seguintes:

- I – evolução da receita do tesouro municipal, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto;
- II – evolução da despesa do tesouro municipal, segundo as categorias econômicas e elemento de despesa;
- III – resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- IV – resumo das despesas dos orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANAPU
CNPJ nº 01.613.194/0001-63

V – receita e despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o anexo I da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;

VI – receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo III da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;

VII – despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e Órgão por elemento de despesa e fonte de recurso;

VIII – despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função sub-função, programa, sub-programa e elemento de despesa;

IX – recursos do tesouro municipal diretamente arrecadados nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão;

X – programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, em nível de órgão, detalhando fonte e valores por categoria de programação;

XI – despesas do orçamento fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhado por atividade e projeto, com a identificação das metas, se for o caso, e unidades orçamentárias executoras;

§ 2º - A mensagem que encaminhar o projeto de Lei orçamentaria conterá:

I – análise da conjuntura econômica do município e suas implicações sobre a proposta orçamentaria;

II – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

§ 3º - O Poder Executivo disponibilizará até 15 dias após o encaminhamento do projeto de lei orçamentário, podendo ser por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:



I – os resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – os recursos destinados a universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no artigo 60 do ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional No. 14 de 1996, detalhando fonte e valores por categoria de programação;

III – o detalhamento dos principais custos unitários médios, utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

IV – a despesas com pessoal e encargos sociais, por Poder, Órgão, executada nos últimos três (3) anos, a execução provável em 2014 e o programado para 2015, com a indicação da representatividade percentual e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na lei complementar n.º 101, demonstrando a memória de cálculo;

V – a evolução da receita nos três (3) últimos anos, a execução provável para 2014 e a estimativa para 2015, bem como a memória de dos principais itens de receita, inclusive as financeiras;

VI – os pagamentos por fonte de recurso, relativos aos elementos de despesa “juros e encargos da dívida” e “amortização da dívida”, da dívida interna e externa, realizados nos últimos três (3) anos, sua execução provável em 2014 e o programado para 2015;

VII – o demonstrativo da receita nos termos do artigo 12 da Lei Complementar n.º 101, destacando-se os principais itens de :

- a) impostos;
- b) contribuições sociais;
- c) taxas;
- d) concessões e permissões;

VIII – a relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o artigo n.º 17 da Lei Complementar n.º 101.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANAPU
CNPJ nº 01.613.194/0001-63

§ 4º – os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 5º - O Poder Executivo enviará a Câmara Municipal os projetos de Lei Orçamentaria e os créditos adicionais.

§ 6º - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2015, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 8º - Para efeito no disposto do Art. Anterior, o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo Municipal, até 30 (trinta) de julho de 2014, sua respectiva propostas Orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 9º - Cada Projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um Programa.

Art. 10º - O Orçamento Anual conterà reserva de contingência no percentual de 1% (UM POR CENTO) da receita corrente líquida para atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Art. 11º - O Projeto de Lei Orçamentária para 2015, será entregue ao poder legislativo até 30.08.2014, devendo ser devolvido para sanção do prefeito até 20.12.2014.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES



Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 12º - A elaboração do Projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2015 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 13º - Além de se observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e da avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 14º - Na programação da Despesa não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III – incluídas despesas a título de investimentos – regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 15º - Além da observância das Prioridades e Metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar n.º 101/2000, somente incluirão Projetos ou subtítulos de Projetos novos se:

I – tiveram sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANAPU
CNPJ nº 01.613.194/0001-63

PARÁGRAFO ÚNICO – Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados Projetos com títulos genéricos que tenham constado de Leis Orçamentária anteriores e serão entendidos como Projetos ou subtítulos de Projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 (trinta) de junho de 2014, ultrapassar 30% do seu custo total estimado.

Art. 16º - Não poderão ser destinados recursos para atender a Despesas com:

I – ações que não estejam de competência exclusiva do Município;

II – Clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

III – pagamento a qualquer título a servidor da administração pública municipal, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 17º - Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentalmente erro na alocação desses recursos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Excetua-se do disposto neste artigo a destinação mediante a abertura de crédito adicional, com prévia autorização legislativa, de recursos de contrapartida para cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade de sua aplicação original.



Art. 18º - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencha uma das seguintes condições:

I – seja de atendimento direta ao público, de forma gratuita nas áreas de assistência social, saúde, ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II – estejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – atendam ao disposto no artigo 204 da Constituição Federal, no artigo 61 do ADCT, bem como na Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

§ 1º – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos 05 (cinco) anos, emitida no exercício de 2015, por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º – É vedada, ainda, a inclusão de dotação global, a título de subvenções sociais.

Art. 19º - É vedada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios”, para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial por representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III – consórcio intermunicipal de saúde constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente constituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública federal, e que participem da execução de programas nacionais de saúde.



PARÁGRAFO ÚNICO – Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I - publicação pelo Poder Executivo de normas a serem observadas na concessão de auxílios prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio da finalidade;

II – destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente;

II – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 20º - A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a um por cento da receita corrente líquida.

Art. 21º - Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com detalhamento estabelecido na lei orçamentária.

§ 1º – Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§ 2º – Os decretos de abertura de crédito suplementares autorizados na Lei Orçamentária serão submetidos pelos dirigentes dos órgãos ao Prefeito municipal, acompanhadas de exposição de motivos que incluam a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e respectivos subtítulos e das correspondentes metas.

§ 3º – Até 45 dias após a assinatura dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal cópia dos referidos decretos e respectivas exposição de motivos.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANAPU
CNPJ nº 01.613.194/0001-63

§ 4º – Cada projeto de Lei deverá restringir-se ao único tipo de crédito adicional.

§ 5º – Os créditos adicionais destinados a despesa com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Câmara Municipal por intermédio de projeto de lei específicos e exclusivamente para esta finalidade.

§ 6º – Nos casos de créditos a conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício apresentados de acordo com a classificação de que trata o artigo 7º, § 1º inciso VI, desta lei;

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CAPITAL

Art. 22º - Os resultados financeiros de alienações, somente poderão ser utilizados em Despesas de Capital.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 23º - O poder executivo publicará até 30 de junho de 2014, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos.

§ 1º – O poder legislativo observará o cumprimento no disposto neste artigo, mediante ato próprio do Presidente da Câmara.

Art. 24º - No exercício financeiro de 2015, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos poderes executivo e legislativo observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar 101/2000 e no artigo 29A da Constituição Federal.



Art. 25º - No exercício de 2015, observado o disposto do artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – houver prévia dotação orçamentária suficiente para atendimento da despesa; e

II – for observado o limite previsto no artigo anterior.

Art. 26º - No exercício de 2015, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 23 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que estejam situações emergências de risco ou prejuízo para a sociedade de risco ou de prejuízo para a sociedade.

PARÁGRAFO ÚNICO – A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência do chefe do Poder Executivo ou quem este delegar competência.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27º - Na estimativa das Receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na Legislação Tributária e das Contribuições que sejam objeto de Projeto que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º - Se estimada a Receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária:

I – serão identificadas as proposições e alterações na Legislação especificada a receita Adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANAPU
CNPJ nº 01.613.194/0001-63

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na Legislação.

§ 2º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou seja, parcialmente, até o final do exercício, o Prefeito Municipal, para não permitir a integralização das fontes de recursos não autorizadas, deverá suprir, mediante decreto, até o quinto dia útil do exercício de 2015, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação seqüencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de Receita:

I – de até 100% das dotações relativas aos novos projetos;

II – de até 60% das dotações relativas aos projetos em andamento;

III – de até 25% das dotações relativas as ações de manutenção;

IV – dos restantes 40% das dotações relativas aos projetos em andamento; e

V – dos restantes 75% das dotações relativas às ações de manutenção.

§ 3º - O Poder Executivo procederá, mediante Decreto, a ser publicado no prazo estabelecido no parágrafo anterior, a troca das fontes de recursos condicionadas constantes da Lei Orçamentária sancionada, cujas alterações na Legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo Projeto de Lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

§ 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na destinação das receitas.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28º - Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentária e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANAPU
CNPJ nº 01.613.194/0001-63

previstas no Anexo I desta Lei, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de cada Poder.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo e aos demais órgãos o montante que caberá a cada um tornar indispensável para empenho e movimentação financeira.

Art. 29º - Todas as Receitas realizadas pelos órgãos fundos e Entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive as diretamente arrecadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no caixa único da Prefeitura, no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 30º - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, cronograma mensal de desembolso, por órgão executivo, observando, em relação às despesas constantes desses cronogramas, abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

PARÁGRAFO ÚNICO – O desembolso dos recursos financeiros, correspondente aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será feito até o dia 20 de cada mês, no montante fixo de 7% (sete por cento) resultante do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5 do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, conforme previsto no artigo 29-A, inciso I, da Carta Política de 1998.

Art. 31º - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

PARÁGRAFO ÚNICO – A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.



Art. 32º - O Poder Executivo, deverá atender, no prazo máximo de dez dias úteis, contados da data do recebimento, as solicitações de informações encaminhadas pelo Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara Municipal, relativas aos aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados posteriormente ao encaminhamento do projeto de Lei.

Art. 33º - Se o projeto de Lei Orçamentária não for sancionada pelo chefe do Poder Executivo até 31 de Dezembro de 2014, a programação dele constante poderá ser executada para atendimento das seguintes despesas:

- I – Pessoal e Encargos sociais;
- II – Pagamentos de benefícios previdenciários a cargo do Instituto de Previdência Social;
- III – Pagamento de serviço da dívida;
- IV – Pagamento de despesas decorrentes de contratos e convênios publicados até 31 de dezembro de 2014; e
- V – Programa de duração continuada.

Art. 34º - Os órgãos responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada elemento de despesa e fonte de recursos.

Art. 35º - A reabertura de créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada mediante Decreto do chefe do Poder Executivo.

Art. 36º - Para fins de acompanhamento e controle, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica do município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANAPU
CNPJ nº 01.613.194/0001-63

Art. 37º - Autorizar ao Poder Executivo a auxiliar o Estado no custeio das despesas com: Polícia Militar , Polícia Civil, Emater . Fórum da Justiça Local e Ceplac.

Art. 38º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Legislativo e Tribunal de Contas dos Municípios com a finalidade de verificar o cumprimento das metas e objetivos para os quais recebem os recursos.

Art. 39º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anapu (PA), 03 de Julho de 2014.

JOAO BATISTA PEREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de ANAPU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2015

GOVERNO DO ESTADO
DO PARÁ

R\$ 1,00

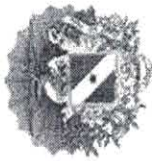
LRF, art 4º, § 1º

ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b) = (a / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100
	Receita Total	61.528.796,28	58.710.297,98	122,30	64.605.236,09	59.781.177,51	119,51	70.528.355,49	62.770.236,38
Receitas Primárias (I)	61.417.113,03	58.710.297,98	122,30	64.487.968,68	59.781.177,51	119,51	70.528.355,49	62.770.236,38	120,43
Despesa Total	47.284.426,95	53.367.267,66	111,17	49.648.648,30	54.340.689,97	108,63	64.109.802,77	57.057.724,47	109,47
Despesas Primárias (II)	47.234.235,02	53.183.386,86	110,79	49.595.946,78	54.153.455,18	108,26	63.888.907,79	56.861.127,94	109,09
Resultado Primário (I - II)	14.182.878,01	5.526.911,13	11,51	14.892.021,91	5.627.722,33	11,25	6.639.447,70	5.909.108,45	11,34
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	2.205,00	12.919,31	0,03	2.315,25	12.528,53	0,03	14.077,00	12.528,53	0,02
Dívida Consolidada Líquida	2.205,00	12.919,31	0,03	2.315,25	12.528,53	0,03	14.077,00	12.528,53	0,02

Fonte: IPEA/PA/ Relatórios da LRF

(Handwritten mark)





Prefeitura Municipal de ANAPU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

GOVERNO DO ESTADO
DO PARA

II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2015

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2013	% PIB	II - Metas Realizadas em 2013	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor	%
I - Receita Total	58.023.852,60	130,98	55.260.812,00	124,74	(2.763.040,60)	(6,24)
II - Receitas Primárias (I)	58.023.852,60	130,98	55.260.812,00	124,74	(2.763.040,60)	(6,24)
III - Despesa Total	52.743.293,40	119,06	50.231.708,00	113,39	(2.511.585,40)	(5,67)
IV - Despesas Primárias (II)	52.561.562,55	118,65	50.058.631,00	113,00	(2.502.931,55)	(5,65)
V - Resultado Primário (I - II)	5.462.290,05	12,33	5.202.181,00	11,74	(260.109,05)	(0,59)
VI - Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-
VII - Dívida Pública Consolidada	14.077,00	0,03	14.077,00	0,03	-	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	14.077,00	0,03	14.077,00	0,03	-	-

Fonte: IPEA/PA/ Relatórios da LRF



(19)



GOVERNO DO ESTADO
DO PARÁ

Profiteira Municipal de ANAPU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2015

R\$ 1,00

VALORES A PREÇOS CORRENTES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	#DIV/0!
Receita Total	58.023.852,60	60.925.045,23	5,00	63.971.297,49	5,00	67.169.862,37	5,00	70.528.355,49	5,00	
Receitas Primárias (I)	58.023.852,60	60.925.045,23	5,00	63.971.297,49	5,00	67.169.862,37	5,00	70.528.355,49	5,00	
Despesa Total	52.743.293,40	55.380.458,07	5,00	58.149.480,97	5,00	61.056.955,02	5,00	64.109.802,77	5,00	
Despesas Primárias (II)	52.561.562,55	55.189.640,88	5,00	57.949.122,71	5,00	60.846.578,95	5,00	63.888.907,79	5,00	
Resultado Primário (I - II)	5.462.290,05	5.735.404,55	5,00	6.022.174,78	5,00	6.323.283,52	5,00	6.639.447,70	5,00	
Resultado Nominal	-	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	
Dívida Pública Consolidada	14.077,00	14.077,00	-	14.077,00	-	14.077,00	-	14.077,00	-	
Dívida Consolidada Líquida	14.077,00	14.077,00	-	14.077,00	-	14.077,00	-	14.077,00	-	

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	#DIV/0!
Receita Total	55.260.812,00	58.488.043,42	5,84	58.710.297,98	0,38	59.781.177,51	1,82	62.770.236,38	5,00	
Receitas Primárias (I)	55.260.812,00	58.488.043,42	5,84	58.710.297,98	0,38	59.781.177,51	1,82	62.770.236,38	5,00	
Despesas Total	50.231.708,00	53.165.239,75	5,84	53.367.267,66	0,38	54.340.689,97	1,82	57.057.724,47	5,00	
Despesas Primárias (II)	50.058.631,00	52.982.055,05	5,84	53.163.386,86	0,38	54.153.455,18	1,82	56.861.127,94	5,00	
Resultado Primário (I - II)	5.202.181,00	5.505.988,37	5,84	5.526.911,13	0,38	5.627.722,33	1,82	5.909.108,45	5,00	
Resultado Nominal	-	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	
Dívida Pública Consolidada	14.077,00	13.513,92	(4,00)	12.919,31	(4,40)	12.528,53	(3,02)	12.528,53	-	
Dívida Consolidada Líquida	14.077,00	13.513,92	(4,00)	12.919,31	(4,40)	12.528,53	(3,02)	12.528,53	-	

Fonte: IPEA/PA / Relatórios da LRF da Prefeitura





GOVERNO DO ESTADO
DO PARÁ

Prefeitura Municipal de ANAPU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2015

LRP, art 4º, § 2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	3.144.177,01	100,00	13.627.899,00	100,00	17.783.117,19	100,00
TOTAL	3.144.177,01	100,00	13.627.899,00	100,00	17.783.117,19	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Reservas	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Resultado Acumulado	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
TOTAL	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!

Fonte: IPEA-PA / Relatórios da LRF da Prefeitura





Órgão: 01 - Câmara Municipal

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Ação Legislativa

Ação.....: 0037 - Manter o funcionamento da Câmara Municipal
Descrição: Manter o funcionamento da Câmara Municipal

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 1
Valor total: 1.764.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2015 1.764.000,00

Órgão: 03 - Secretaria de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0032 - Organização e Modernização Administrativa

Ação.....: 0001 - Projeto de Modernização Administrativa
Descrição: Projeto de Modernização Administrativa

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 39.000,00

Subfunção: 125 - Normalização e Fiscalização

Programa: 0032 - Organização e Modernização Administrativa

Ação.....: 0025 - Projeto de Modernização Fazendária

DA



Descrição: Projeto de Modernização Fazendaria

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 54.000,00

Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos

Programa: 0066 - Treinamento e Capacitacao de Recursos Humanos

Ação.....: 0003 - Capacitação de Recursos Humanos da Administração
Descrição: Capacitação de Recursos Humanos da Administração

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 45.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2015 138.000,00

Órgão: 05 - Sec. de Infra Estrutura e Urbanismo

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0038 - Edificacoes Publicas

Ação.....: 0002 - Ampliação e Reforma do Predio Sede do Poder Executivo
Descrição: Ampliação e Reforma do Predio Sede do Poder Executivo

Unidade de medida: Unidade

Quantidade 2015: 50
Valor total: 500.000,00

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra Estrutura Urbana

Programa: 0332 - Vias e Logradouros Urbanos
Melhoria do Sistema Viario do Municipio

Ação.....: 0008 - Melhoria do Sistema Viario do Municipio



Descrição: Melhoria do Sistema Viario do Municipio

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 1.200.000,00

Ação.....: 0009 - Projeto de Infra-Estrutura Urbana
Descrição: Projeto de Infra-Estrutura Urbana

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 750.000,00

Ação.....: 0010 - Pavimentação de Vias Publicas
Descrição: Pavimentação de Vias Publicas

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 2.100.000,00

Programa: 0519 - Manutenção de Prédios, Vias e Logradouros Públicos

Ação.....: 0011 - Calçamento de Vias Públicas
Descrição: Calçamento de Vias Publicas

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 900.000,00

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 451 - Infra Estrutura Urbana

Programa: 1012 - Politica Habitacional do Municipio
Dar condições de moradia a população de baixa renda

Ação.....: 0032 - Construcao de casas populares
Descrição: Construcao de casas populares

Unidade de medida: Unidade

Quantidade 2015: 100
Valor total: 300.000,00

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 511 - Saneamento Básico Rural

Programa: 0603 - Abastecimento D'Agua na Zona Urbana



TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2015 11.000.000,00

Órgão: 06 - Sec. de Agricultura e Abastecimento

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 603 - Defesa Sanitária Vegetal

Programa: 0645 - Amparo ao Pequeno Produtor Agrícola

Ação.....: 0033 - Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
Descrição: Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 60.000,00

Ação.....: 0034 - Programa de Sementes e Mudas
Descrição: Programa de Sementes e Mudas

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 45.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2015 105.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Assist. Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 0132 - Erradicação do Trabalho Infantil

Ação.....: 0035 - Construção de Predio para atendimento do PETI
Descrição: Construção de Predio para atendimento do PETI



Unidade de medida: Unidade

Quantidade 2015: 1
Valor total: 150.000,00

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0136 - Assistência a Comunidades

Ação.....: 0036 - Construção de Unidade do CRAS
Descrição: Construção de Unidade do CRAS

Unidade de medida: Unidade

Quantidade 2015: 1
Valor total: 150.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2015 300.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 0200 - Bloco de Atenção Básica

Ação.....: 0004 - Construção, Reforma e Ampliação de Postos de Saúde
Descrição: Construção, Reforma e Ampliação de Postos de Saúde

Unidade de medida: Unidade

Quantidade 2015: 3
Valor total: 450.000,00

Ação.....: 0016 - Programa de Expansão dos Agentes Comunitários
Descrição: Programa de Expansão dos Agentes Comunitários

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 66.000,00

Ação.....: 0017 - Expansão do Programa Saúde da Família
Descrição: Expansão do Programa Saúde da Família

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 66.000,00



Programa: 0210 - Assistência Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar

Ação.....: 0026 - Reforma e Ampliação dos Postos de Saúde.
Descrição: Reforma e Ampliação dos Postos de Saúde

Unidade de medida: Unidade

Quantidade 2015: 1
Valor total: 800.000,00

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0200 - Bloco de Atenção Básica

Ação.....: 0005 - Ampliação e Reforma do Hospital Municipal
Descrição: Ampliação e Reforma do Hospital Municipal

Unidade de medida: Unidade

Quantidade 2015: 1
Valor total: 300.000,00

Programa: 0210 - Assistência Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar

Ação.....: 0027 - Construção de uma Maternidade
Descrição: Construção de uma Maternidade

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 50
Valor total: 10.000.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2015 11.682.000,00

Órgão: 10 - Secretaria de Cultura Desporto e Lazer

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0401 - Ensino Fundamental

Ação.....: 0031 - Construção de Bibliotecas nas Escolas
Descrição: Construção de Bibliotecas nas Escolas



Unidade de medida: Unidade

Quantidade 2015: 1
Valor total: 120.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2015 120.000,00

Órgão: 11 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Programa: 0507 - Serviços de Limpeza Urbana

Ação.....: 0029 - Projeto Integrado de um Aterro Sanitário
Descrição: Projeto Integrado de um Aterro Sanitário

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 1
Valor total: 1.000.000,00

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 1010 - Gestão da Política de Meio Ambiente

Ação.....: 0014 - Programa Integrado de Meio Ambiente
Descrição: Programa Integrado de Meio Ambiente

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 450.000,00

Subfunção: 542 - Controle Ambiental

Programa: 1010 - Gestão da Política de Meio Ambiente

Ação.....: 0018 - Programa de Controle de Corrego
Descrição: Programa de Controle de Corrego



Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 60.000,00

Subfunção: 543 - Recuperação de Áreas Degradadas

Programa: 1010 - Gestão da Política de Meio Ambiente

Ação.....: 0013 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
Descrição: Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 300.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2015 1.810.000,00

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 368 - Educação Básica

Programa: 0401 - Ensino Fundamental

Ação.....: 0012 - Construção de Escolas do Ensino Básico
Descrição: Construção de Escolas do Ensino Básico

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 900.000,00

Ação.....: 0019 - Capacitação de Recursos Humanos
Descrição: Capacitação de Recursos Humanos

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 36.000,00

Ação.....: 0020 - Ampliação da Frota do Transporte escolar com veículo apropriado
Descrição: Ampliação da Frota do Transporte escolar com veículo apropriado

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 600.000,00



Ação.....: 0021 - Aquisicao de Equipamentos e imobiliario para o Ensino Basico
Descrição: Aquisicao de Equipamentos e imobiliario para o Ensino Basico

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 600.000,00

Ação.....: 0022 - Reforma e Ampliação de Unidades Escolares
Descrição: Reforma e Ampliação de Unidades Escolares

Unidade de medida: %

Quantidade 2015: 30
Valor total: 600.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2015 2.736.000,00

TOTAL GERAL..... Valor 2015 29.655.000,00


Romero Batista de Medeiros
Presidente

2º


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANAPU
Projeto de Lei nº. 028/2014, de 10 de Abril de 2014
Diretrizes Orçamentárias para 2015
Detalhamento do Anexo de Metas e Prioridades do Legislativo Municipal

ÓRGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ANAPU
UNIDADE:01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ANAPU
PROGRAMA: 0001 - AÇÃO LEGISLATIVA
AÇÃO: 0037 – Manter o Funcionamento da Câmara Municipal
OBJETIVO: Prover a Câmara Municipal de meios para a sua atuação legislativa.

01.031.0001.2001 – FUNCIONAMENTO DA CAMARA MUNICIPAL	1.764.000,00
3.1.90.04.00.00 - Contratação Tempo Determinado	35.000,00
3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e vantagens Fixas-Pessoal Civil	680.000,00
3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	170.000,00
3.1.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.000,00
3.3.90.14.00.00 - Diárias Civil	50.000,00
3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	280.000,00
3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00
3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria	130.000,00
3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	150.000,00
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	200.000,00
3.3.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.000,00
4.4.90.52.00.00 - Equipamento e Material Permanente	35.000,00
01.031.0001.2002 – FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO PRESIDENTE	136.000,00
3.3.90.14.00.00 - Diárias Civil	20.000,00
3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	76.000,00
3.3.90.33.00.33 - Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,00
3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoal Física	10.000,00
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoal Jurídica	20.000,00
01.031.0001.2003 – AQUISIÇÃO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA O LEGISLATIVO	
4.4.90.52.00.000 – Equipamento e Material Permanente	250.000,00
TOTAL:	2.150.000,00